



Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

Plano de Ação 2023-2025

Relatório de Execução

Novembro/2023 a Maio/2024

Brasília, Maio de 2024

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA
COMÉRCIO E SERVIÇOS



Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas.....	3
Introdução	5
O Plano de Ação 2023-2025	5
Governança	8
Metodologia de monitoramento	9
Execução do Plano de Ação 2023-2025	11
Atividades do GIPI _Primeiro semestre de execução do Plano de Ação 23-25	27
Conclusão.....	30
Anexo.....	31

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABAPI – Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ABIFINA – Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

AGU – Advocacia-Geral da União

ApexBrasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras

ASPI – Associação Paulista da Propriedade Intelectual

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CGPI – Coordenação-Geral de Propriedade Intelectual

CGU – Controladoria-Geral da União

CNCP – Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual

CNI – Confederação Nacional da Indústria

DEPIQ – Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade

DGITS – Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde

DIPI – Divisão de Propriedade Intelectual

ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)

ENPI – Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

GIPI – Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

GT – Grupo Técnico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICC Brasil – International Chamber of Commerce

IFES – Institutos Federais de Ensino Superior

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

INTERFARMA – Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

LES Brasil – Licensing Executives Society

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MD - Ministério da Defesa

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MS – Ministério da Saúde

NIB – Nova Indústria Brasil

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

PI – Propriedade Intelectual

SCPR – Secretaria de Competitividade e Política Regulatória

SEPEC – Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UKIPO – Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido

Introdução

O presente relatório tem como objetivo apresentar um monitoramento consolidado resumindo as entregas da execução do 1º semestre do Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).

A ENPI foi instituída pelo [Decreto n. 10.886, de 7 de dezembro de 2021](#), possuindo período de vigência de 10 anos (2021-2030). Materializa-se em um conjunto de 210 ações organizadas em 7 eixos estratégicos, sendo implementada por meio de Planos de Ação bienais. A implementação, o monitoramento e a articulação de suas ações estão sob a responsabilidade do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI).

Ao fim de cada biênio, um novo Plano de Ação é elaborado para ser implementado no período dos dois anos subsequentes, priorizando novas ações dentre as 210 previstas e buscando dar continuidade para algumas ações já priorizadas nos Planos de Ação anteriores. O primeiro Plano de Ação foi desenvolvido de agosto de 2021 a julho de 2023.

O segundo Plano de Ação da ENPI, com vigência de novembro 2023 a agosto de 2025, foi aprovado pela Resolução GIPI/MDIC Nº 8, de 18 de outubro de 2023. Desse modo, o presente relatório compreende a execução do Plano no período de novembro de 2023 a maio de 2024 (primeiro semestre). Essa é uma das medidas previstas no Plano para o monitoramento da implementação da ENPI e o relatório deverá ser encaminhado ao Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), bem como publicado no [Portal de PI](#) do Governo Federal.

O Plano de Ação 2023-2025

A construção do segundo Plano de Ação (biênio 2023-2025) contou com ampla participação social de diferentes atores que compõem o sistema de propriedade intelectual.

Ainda no contexto da construção do PA 23-25 da ENPI, algumas iniciativas foram fundamentais para a identificação e definição das ações e entregas a serem incluídas no Plano. Destacam-se a realização de uma tomada pública de subsídios, na qual 217 propostas de iniciativas foram formuladas, bem como a promoção de uma oficina virtual com a participação de atores da sociedade civil, a qual contou com 49 participantes, e uma série de outras reuniões de governo entre os membros do GIPI.

No conjunto, as medidas coletadas incentivaram a criatividade, os investimentos em inovação e o acesso ao conhecimento para maior competitividade e desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Dessa forma, o segundo Plano foi aprovado pela Resolução GIPI/MDIC N° 8, de 18 de outubro de 2023, prevendo 63 ações, com 162 entregas distribuídas pelos 7 eixos estratégicos. Quanto à execução do Plano, o mesmo conta com 18 órgãos do governo, administração direta e indireta (executivo e judiciário), bem como com 11 entidades da sociedade civil.

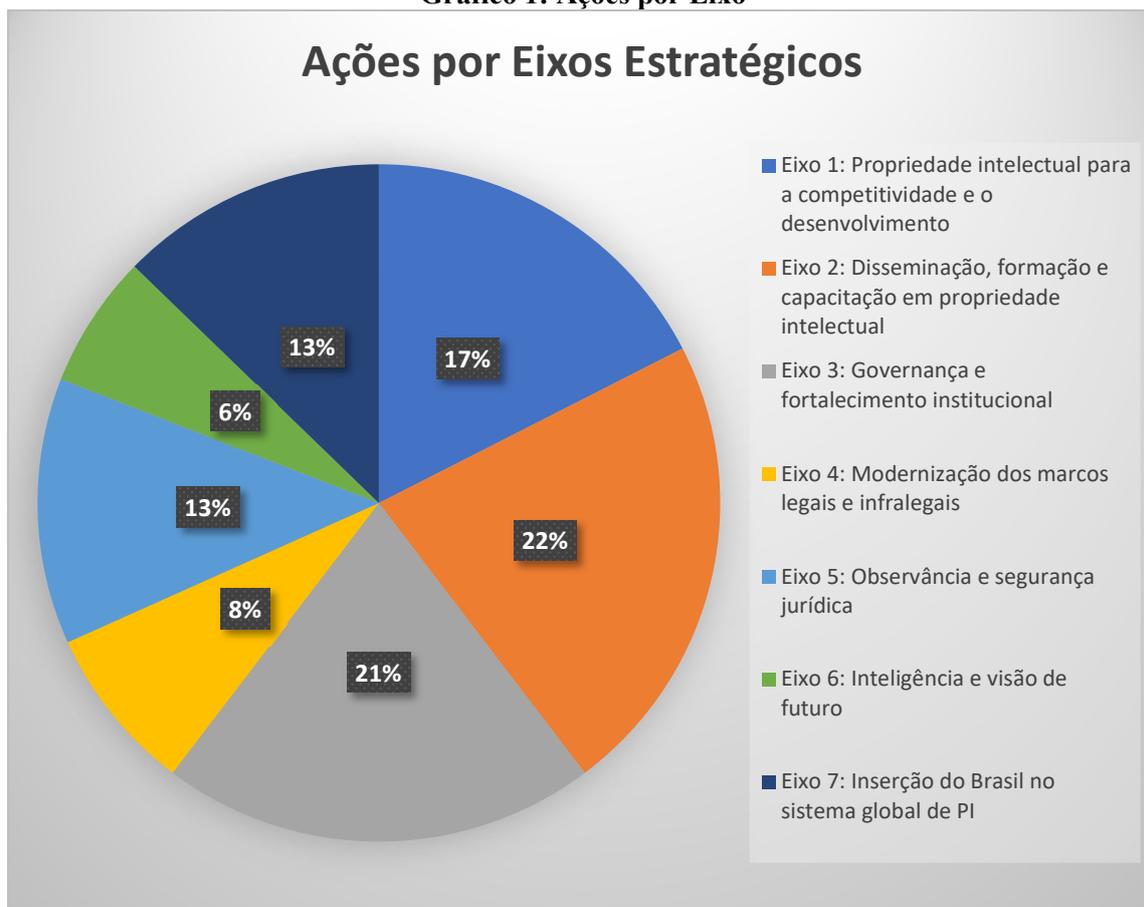
A distribuição das ações e respectivas entregas, de acordo com os eixos estratégicos, está apresentado na Tabela 1, bem como no Gráfico 1.

Tabela 1 – Ações e Entregas por Eixo

Eixos Estratégicos	Ações	Entregas
Eixo 1: Propriedade intelectual para a competitividade e o desenvolvimento	11	40
Eixo 2: Disseminação, formação e capacitação em propriedade intelectual	14	42
Eixo 3: Governança e fortalecimento institucional	13	31
Eixo 4: Modernização dos marcos legais e infralegais	5	9
Eixo 5: Observância e segurança jurídica	8	13
Eixo 6: Inteligência e visão de future	4	8
Eixo 7: Inserção do Brasil no sistema global de PI	8	19
Total	63	162

Fonte: elaboração própria, SCPR/DEPIQ/CGPI

Gráfico 1: Ações por Eixo



Fonte: elaboração própria, SCPR/DEPIQ/CGPI

Para o biênio 2023 – 2025, ações ligadas ao uso estratégico da Propriedade Intelectual (PI), para o estímulo à competitividade e ao desenvolvimento, bem como à disseminação, formação e capacitação em PI foram temas priorizados. Entregas como Mentorias e sensibilização aplicadas a empreendedores, pesquisadores, empresas, NITs e ICTs, promoção da difusão de tecnologias verdes e originárias da biodiversidade da região amazônica, ensino da PI na Educação Básica, difusão para o Judiciário, cooperações técnicas, são exemplos de atividades contidas no Plano de Ação 2023-2025. Além disso, o Plano se alinha às metas e desafios da [Nova Política Industrial \(NIB\)](#), dentre os quais podemos citar: estimular o desenvolvimento produtivo e tecnológico e a inovação entre múltiplos setores e agentes; nortear o investimento, engajando, liderando e criando confiança nos agentes públicos, privados e do terceiro setor; e favorecer a realização de transformações econômicas e sociais, com vistas à superação dos entraves ao desenvolvimento brasileiro.

Governança

Presidido pela Secretaria de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SCPR/MDIC) e secretariado pelo Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade (DEPIQ/SCPR/MDIC), o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), instituído pelo Decreto nº 9.931, de 23 de julho de 2019, é responsável pela implementação e monitoramento da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).

A governança do Plano de Ação 2023-2025 é centralizada pela Secretaria-Executiva do GIPI, consolidando as informações relativas ao monitoramento, avaliação e controle da sua implementação.

Quanto à execução do Plano, cada uma das 63 ações e 162 entregas é gerida de forma compartilhada. Cada entrega é coordenada por uma ou duas instituições responsáveis por acompanhar os prazos e o andamento dos trabalhos, bem como reportá-los à Secretaria-Executiva do GIPI. As referidas instituições designam pontos focais responsáveis pela atividade de coordenação.

Dessa forma, o PA 23-25 conta com as seguintes instituições trabalhando de forma colaborativa para a execução das entregas relacionadas a cada ação que compõe o Plano:

1. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)
2. Advocacia-Geral da União (AGU)
3. Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
4. Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
5. Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI)
6. Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA)
7. Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI)
8. Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)
9. Controladoria-Geral da União (CGU)
10. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
11. Confederação Nacional da Indústria (CNI)
12. CropLife Brasil

13. Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 2a Região / Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)
14. Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido (UKIPO)
15. Grupo FarmaBrasil
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
17. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
18. International Chamber of Commerce (ICC Brasil)
19. Licensing Executives Society (LES Brasil)
20. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
21. Ministério da Defesa (MD)
22. Ministério da Educação (MEC)
23. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)
24. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Cyberlab
25. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
26. Ministério da Saúde (MS)
27. Ministério das Relações Exteriores (MRE)
28. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
29. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Metodologia de monitoramento

Para a organização e acompanhamento das entregas previstas no Plano de Ação 2023-2025, foi desenvolvida uma planilha única de monitoramento.

Ao início do Plano, a planilha foi enviada a todos os responsáveis pela execução das entregas, tendo cada unidade coordenadora sido solicitada a preencher colunas com informações pré-definidas referentes ao planejamento geral de suas respectivas atividades.

Com o intuito de garantir o acompanhamento efetivo da evolução dos trabalhos e identificar eventuais necessidades de ajustes no cronograma, adotou-se a prática de atualização trimestral. Assim, a planilha é reenviada a cada três meses aos pontos focais de cada unidade coordenadora para que estes possam atualizar o status e os progressos alcançados em suas respectivas entregas.

Ainda sobre a planilha, esta é composta por linhas descritivas das ações e entregas, para as quais são solicitadas informações relativas aos prazos estimados de início e fim, percentual

previsto de execução até a data de monitoramento, bem como detalhes quanto a etapas e eventuais parceiros a serem mobilizados ao longo dos trabalhos.

A principal informação reportada a cada trimestre pelos pontos focais é o “percentual de conclusão” de cada entrega, naquela data. Tal representa uma proporção estimada entre o esforço e etapas realizadas até aquele momento do monitoramento (“data de referência”), em relação ao total de esforço ou etapas que deveriam ser empreendidos para a conclusão daquela atividade. Dessa forma é possível definir o status das entregas, bem como o estágio de execução global da ação. Vale ressaltar que, ainda que uma ação esteja com algumas de suas entregas atrasadas, não significa que a conclusão da ação em si não possa ser realizada dentro do prazo previsto.

Com base nas informações fornecidas na planilha pelos pontos focais, é gerado um Business Intelligence (BI) que é publicado a cada trimestre no [Portal de PI](#) do Governo Federal.

O BI funciona como uma ferramenta para a gestão e o acompanhamento contínuo do Plano, permitindo, através de um sistema de semáforos, identificar rapidamente entregas que estão em conformidade com o cronograma, aquelas que estão próximas de atrasar e as que já estão em atraso:

- Azul: indica entregas já concluídas
- Verde: indica que os trabalhos estão em dia com o cronograma.
- Amarelo: sinaliza que os trabalhos estão em vias de atrasar.¹
- Vermelho: alerta que os trabalhos estão atrasados.

Além disso, o BI detalha o número de entregas por entidade coordenadora, o status das entregas por eixo estratégico e descreve cada entrega por ação e por eixo. Para cada entrega, são fornecidas informações sobre a unidade responsável, a data de início e a data de término programadas.

Essa abordagem permite uma gestão mais eficiente e transparente, facilitando a tomada de decisões e o direcionamento de esforços para garantir o sucesso da implementação do Plano de Ação.

¹ O semáforo amarelo que indica possível atraso é baseado na diferença entre o percentual de execução “previsto” e o percentual de execução efetivamente “concluído”, ainda que a entrega esteja dentro do prazo final de conclusão. O “percentual previsto”, por sua vez, é calculado com base no período entre a data de início e fim prevista para execução da entrega, ou seja, se uma entrega está prevista para ser executada em 12 meses, após 3 meses se pressupõe que esta entrega deveria ter sido executada em 25%. Sendo assim, nem sempre o percentual previsto corresponde ao real esforço que já foi ou deverá ser empreendido em determinado período, pois é um cálculo baseado na proporção do período que passou em relação ao período total previsto para a execução da entrega.

Execução do Plano de Ação 2023-2025

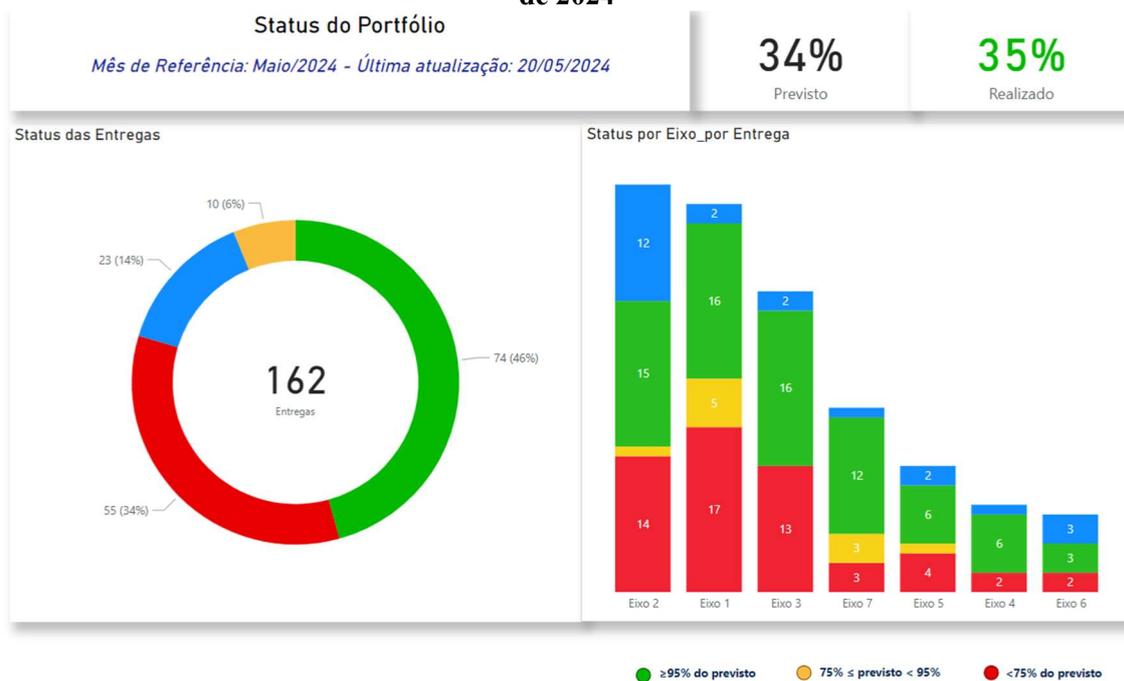
Conforme mencionado, a ENPI está estruturada em sete Eixos Estratégicos. O Plano de Ação 2023-2025 é composto por onze ações no Eixo 1, quatorze ações no Eixo 2, treze ações no Eixo 3, cinco ações no Eixo 4, oito ações no Eixo 5, quatro ações no Eixo 6 e oito ações no Eixo 7. Cada uma das 63 ações possui um conjunto de iniciativas e respectivas entregas previstas para ocorrerem ao longo da vigência do plano.

No tocante às entregas, o Plano é composto por quarenta entregas no Eixo 1, quarenta e duas no Eixo 2, trinta e uma no Eixo 3, nove no Eixo 4, treze no Eixo 5, oito no Eixo 6 e dezenove no Eixo 7, totalizando 162 entregas.

Os dados agregados do monitoramento das entregas desse Plano de Ação computados de novembro de 2023 a maio de 2024 (primeiro semestre de execução) indicam que 14% das entregas previstas foram integralmente concluídas, 66% estão em andamento e 20% ainda não foram iniciadas.

O BI com o status de execução das entregas do Plano neste primeiro semestre de trabalho está apresentado na Figura 1. Conforme dito anteriormente, o BI completo encontra-se publicado no [Portal de PI](#) do Governo Federal.

Figura 1 – Business Intelligence (BI) das entregas do Plano de Ação 2023-2025, status em maio de 2024



Fonte: elaboração própria SCPR/DEPIQ/CGPI

Dessa forma, decorrido um quarto do prazo de execução do Plano de Ação 2023-2025, verifica-se que os trabalhos estão sendo desenvolvidos em consonância com o percentual geral previsto (34% previsto, sendo 35% realizado).

Entregas concluídas

Conforme exposto, cada uma das 63 ações possui um conjunto de iniciativas e entregas previstas para serem desenvolvidas ao longo da vigência do PA 23-25. Das 162 entregas, 23 foram concluídas já no primeiro semestre de implementação do Plano de Ação 2023-2025 da ENPI conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Entregas concluídas

EIXO	AÇÃO	ENTREGA	COORDENAÇÃO
1	2.1	Revisão e aprimoramento das fichas técnicas de serviços e mobilização de potenciais fornecedores para credenciamento no SEBRAETEC.	SEBRAE
	4.2	Realização de evento informativo para produtores de mel de arceira do norte de Minas Gerais (MG), sobre benefícios da gestão coletiva de Indicação Geográfica.	SEBRAE
2	1.3	Elaboração de cartilha ilustrativa ou no formato de vídeo de até 30", retratando os riscos do uso de medicamentos e de produtos falsificados para a saúde da população.	ABIFINA
	1.3	Divulgação de vídeo educativo orientando a população a identificar produtos falsificados, distinguindo-os de produtos originais.	ABIFINA
	2.1	Coordenação das iniciativas nacionais para comemoração do Dia Internacional da Propriedade Intelectual.	MDIC
	2.2	Organização de painel sobre propriedade intelectual em eventos com participação da CNI, como exemplo: o Congresso de Inovação CNI.	CNI
	3.1 (3.16)	Manutenção e ampliação do site "PI faz acontecer", com publicação de informações sobre propriedade intelectual, disseminação, eventos e capacitações.	INTERFARMA
	4.5	Realização de dois projetos-pilotos de mentoria para mulheres no âmbito do "Programa-piloto de Mentoria em PI" (PMPI).	INPI
	4.5	Produção de estudo de pedidos de patentes com mulheres inventoras, com uso de dicionários de nomes.	
	4.5	Realização do evento "Inclusão e Propriedade Industrial".	
	4.5	Realização do evento "Negros e Negras na Propriedade Industrial".	
	4.5	Realização da exposição "Afro-Raízes da Propriedade Industrial", no INPI.	
	4.5	Distribuição do Guia do Professor de PI, com banco de atividades.	
4.5	Divulgação de vídeos sobre PI para docentes e para o público infanto-Juvenil.		
3	1.6	Sistema adaptado para depósito simplificado de pedidos de desenho industrial	INPI
	1.17	Implantação do Sistema IPAS da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), para gestão e automação completa do macroprocesso de concessão de desenhos industriais.	INPI
4	1.2	Realização do evento "Diálogo sobre regulamentação de patentes de biotecnologia" e lançamento do estudo de benchmarking internacional sobre o tema, com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), MDIC e UE.	MDIC
5	1.3	Workshop em Propriedade Intelectual para Juízes.	ENFAM
	1.5	Realização de cursos direcionados à especialização dos magistrados e peritos judiciais, visando qualificar as decisões judiciais e perícias em demandas relacionadas à violação de direitos de propriedade industrial.	ASPI
6	1.1	Construção de plataforma de informações, manipuláveis dentro de painel analítico em Power-BI, sobre pedidos de patentes relacionados a tecnologias do setor farmacêutico depositados no Brasil a partir do ano 2000.	Grupo FarmaBrasil
	1.2	Sondagem de demandas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) que envolvam base de dados e PI.	MDIC

	7.3	Lançamento da primeira fase da Vitrine NITS.	MEC
7	2.6	Estudo de avaliação sobre conveniência e oportunidade da adesão do Brasil ao Acordo de Lisboa para a proteção internacional das indicações geográficas.	MDIC

Fonte: elaboração própria, SCPR/DEPIQ/CGPI

Com o objetivo de ilustrar as iniciativas, bem como permitir uma compreensão mais clara quanto à natureza dos trabalhos empreendidos, será apresentado um resumo das atividades e resultados obtidos para algumas ações selecionadas por eixo estratégico. As informações completas sobre todas as ações estão disponíveis no Anexo 1 do presente relatório.

Eixo 1

- Ação 2.1, Entrega concluída: “Revisão e aprimoramento das fichas técnicas de serviços e mobilização de potenciais fornecedores para credenciamento no SEBRAETEC.” – coordenação do SEBRAE. O Sebraetec é um programa do Sebrae que oferece serviços tecnológicos para pequenas empresas, conectando-as a uma rede de prestadoras de serviços em todo o Brasil. O objetivo é melhorar processos, produtos e serviços, além de introduzir inovações, fortalecendo a competitividade dos negócios. O Sebraetec promove a transferência de tecnologia e oferece consultoria tecnológica, serviços metrológicos, certificação e prototipagem. Vale ressaltar que a ação 2.1 do Eixo 1, “Estimular a oferta e a demanda de serviços especializados em PI para apoiar empresas na definição de estratégias adequadas, instruir quanto à gestão de ativos e à condução dos trâmites de registro e depósito junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para resguardar sua propriedade intelectual”, é composta ainda por outras 2 entregas (uma do Sebrae e outra da ABIFINA) que estão em andamento.
- Ação 4.2, Entrega Concluída: “Realização de evento informativo para produtores de mel de aroeira do norte de Minas Gerais (MG), sobre benefícios da gestão coletiva de Indicação Geográfica.” – coordenação conjunta do MRE e SEBRAE. Apresentação realizada durante o 20º Seminário de Apicultura do Norte de Minas Gerais, em Montes Claros, MG. Vale ressaltar que a ação 4.2 do Eixo 1, “Implementar ações para promoção e fortalecimento da economia do

conhecimento e da PI em regiões e, principalmente, em localidades do País de menor desenvolvimento relativo, inserindo-a na rota de geração de inovação no País e nas cadeias globais de valor”, está parcialmente concluída, visto que é composta por outras 3 entregas em andamento.

Eixo 2

- Ação 2.1 Entrega Concluída: Coordenação das iniciativas nacionais para comemoração do Dia Internacional da Propriedade Intelectual, com a disponibilização da programação no [Portal de PI](#) e links para os 14 eventos. Coordenado pelo MDIC, o evento oficial ocorreu em 25/04/24, onde MDIC e OMPI debateram a importância da PI para a Nova Indústria Brasil. O evento contou com a mesa redonda on-line Propriedade intelectual e a Nova Indústria Brasil: caminhos para o desenvolvimento sustentável (<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/mdic-e-ompi-debatem-importancia-da-propriedade-intelectual-para-nova-industria-brasil>);
- Ação 2.2, Entrega Concluída: Organização de painel sobre propriedade intelectual em eventos com participação da CNI. Exemplos: o Congresso de Inovação CNI; o evento intitulado 5ª Conferência Livre: Propriedade Intelectual e transferência de tecnologia para inovação e sustentabilidade, foi realizado em parceria entre MDIC, FORTEC, CNI e ANPEI em 26/03/2024, no auditório da CNI, com transmissão pelo [YouTube do MDIC](#). Duas diretorias da CNI participaram do evento: a Diretoria de Desenvolvimento Industrial e a Diretoria de Tecnologia e Inovação, contando com 152 inscrições presenciais e 1110 inscrições virtuais; 83 participantes presenciais, 971 visualizações no YouTube e 670 mensagens de chat.
- Ação 4.5, Entrega Concluída: Realização de dois projetos-pilotos de mentoria para mulheres no âmbito do "Programa-piloto de Mentoria em PI" (PMPI). – Coordenada pelo INPI, destaca-se a mentoria realizada no contexto do programa Empreendedoras.Tech (programa coordenado pelo MDIC, com a finalidade de fortalecer e disseminar práticas de empreendedorismo inovador de

base tecnológica realizadas por projetos ou empresas de micro e pequeno porte liderados por mulheres). A mentoria resultou em um dos projetos vencedores do programa, conforme informação disponível no link https://www.linkedin.com/posts/mdic-oficial_empreendedorastech-activity-7087464304886657024-rTLm?utm_source=share&utm_medium=member_ios).

- Ação 4.5, Entrega Concluída: Realização do evento “Negros e Negras na Propriedade Industrial”. – Coordenada pelo INPI, o evento ocorrido em novembro de 2023, mês da Consciência Negra, discutiu temas como o “Enfrentamento do racismo estrutural nas instituições públicas e na sociedade”, o “Papel dos institutos de PI no enfrentamento ao racismo” e “Casos práticos de potências negras inovadora”. Mais informações podem ser acessadas pelo link <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/seminario-negros-e-negras-na-pi-aborda-enfrentamento-ao-racismo>
- Ação 4.5, Entrega Concluída: Produção de estudo de pedidos de patentes com mulheres inventoras, com uso de dicionários de nomes. – Coordenada pelo INPI, o estudo analisou o envolvimento das mulheres na produção de conhecimento tecnológico através da análise de gênero dos inventores de patentes depositadas no Brasil de 2000 a 2019. O estudo destaca a importância das universidades públicas brasileiras na inclusão das mulheres nas patentes e fornece insights cruciais para políticas públicas de inclusão feminina nas atividades tecnológicas. O estudo na íntegra pode ser acessado no Portal de PI do Governo Federal.

Eixo 3

- Ação 1.6, Entrega Concluída: Sistema adaptado para depósito simplificado de pedidos de desenho industrial. Coordenada pelo INPI, o Sistema já existia em sua versão anterior. Foi atualizado para melhorar a interface e a usabilidade do usuário, reduzir o número de exigências por erros formais cometidos pelos

usuários, bem como para a integrar o mesmo à entrada de dados recebida pelo sistema IPAS.

- ✓ Nova metodologia de envio do pedido de registro baseada no envio de dados (em substituição ao envio de PDF);
 - ✓ Elimina erros inerentes ao processo em papel (ex.: numeração de páginas), reduz erros relacionados à numeração de figuras, título, legendas etc. Montagem automática da documentação do pedido.
 - ✓ Integração com o sistema IPAS.
-
- Ação 1.17, Entrega Concluída: Implantação do Sistema IPAS da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), para gestão e automação completa do macroprocesso de concessão de desenhos industriais. Coordenada pelo INPI, o IPAS é um Sistema Automatizado de Propriedade Industrial fornecido gratuitamente pela OMPI que veio substituir o sistema denominado SINPI, que o INPI usava desde 1999. Dentre as vantagens de implementação do IPAS estão:
 - ✓ Controle total do fluxo do macroprocesso de desenhos industriais, desde a verificação do pagamento, controle de prazos legais, despachos nas petições e nos pedidos de DI e acompanhamentos das renovações/prorrogações;
 - ✓ Integração na entrada com os pedidos oriundos do Acordo de Haia (em andamento);
 - ✓ Visualizador de imagens e petições integrado;
 - ✓ Servidores que usam o sistema não realizam mais as seguintes tarefas: verificação de pagamento de GRUs em outro sistema do INPI (PAG); utilização de planilhas Excel, envio de e-mails com informações sobre os processos, uso de token para assinatura digital, sendo que todas estas tarefas são feitas usando a plataforma integrada implantada.

- Ação 1.2, Entrega Concluída: “Realização do evento "Diálogo sobre regulamentação de patentes de biotecnologia" e lançamento do estudo de benchmarking internacional sobre o tema, com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), MDIC e UE.” – coordenada pelo MDIC, em parceria com o INPI, com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) e apoio do Programa EUROCLIMA + da União Europeia, o evento promoveu discussões sobre a atual regulamentação de patentes de biotecnologia, incluindo normas e critérios de patenteabilidade de invenções biotecnológicas, bem como divulgou os resultados de um estudo inédito de benchmarking internacional com vistas a subsidiar futuras políticas dos países e identificar gargalos no setor de biotecnologia (<https://www.cepal.org/pt-br/eventos/dialogo-regulamentacao-patentes-biotecnologia>).

Eixo 5

- Ação 1.3, Entrega concluída: “Workshop em Propriedade Intelectual para Juízes.” – coordenação ENFAM. Workshop ofereceu 30 horas de qualificação em propriedade intelectual para 40 magistrados em rede nacional, tendo sido concluído na semana do dia 27 de maio. Iniciativa liderada pela ENFAM, em parceria com o MDIC e o INPI.
- Ação 1.5, Entrega concluída: “Realização de cursos direcionados à especialização dos magistrados e peritos judiciais, visando qualificar as decisões judiciais e perícias em demandas relacionadas à violação de direitos de propriedade industrial.” – coordenação ASPI. Curso “Contencioso de Propriedade Intelectual: Questões Relevantes”, realizado em parceria com a Escola Paulista da Magistratura em dezembro de 2023. Público-alvo: magistrados, advogados, assistentes, funcionários do Tribunal de Justiça do

Estado de São Paulo. A presente Ação é composta ainda por mais 1 entrega que se encontra em andamento.

Eixo 6

Ação 1.1, Entrega concluída: Construção de plataforma de informações, manipuláveis dentro de painel analítico em Power-BI, sobre pedidos de patentes relacionados a tecnologias do setor farmacêutico depositados no Brasil a partir do ano 2000. Coordenada pelo Grupo FarmaBrasil, a plataforma foi apresentada em 08/04/2024, com transmissão pelo Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=cRqxJD0h8xA>), o evento contou, ainda, com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o INPI e o Grupo FarmaBrasil. A plataforma deverá ser disponibilizada em breve ao público.

- Ação 7.3, Entrega concluída: Lançamento da primeira fase da Vitrine NITS. Coordenada pelo MEC, a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) lançou o portal Vitrine MEC de Tecnologias que tem o propósito de agregar, em uma primeira fase, os ativos de propriedade intelectual das universidades públicas — federais, estaduais e municipais — e das instituições privadas. O objetivo da vitrine é estimular e simplificar o processo de transferência das tecnologias desenvolvidas pelas instituições de ensino superior para o setor produtivo, em consonância com o compromisso do governo de fomentar a inovação, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico no país. (<https://vitrinetecnologica.mec.gov.br/>)

Eixo 7

- Ação 2.6, Entrega concluída: Estudo de avaliação sobre conveniência e oportunidade da adesão do Brasil ao Acordo de Lisboa para a proteção internacional das indicações geográficas. Sob coordenação do MDIC, os trabalhos envolveram a realização de estudos por consultores contratados no âmbito do Diálogo Brasil - União Europeia, cujos resultados foram debatidos e

avaliados em um evento ocorrido em novembro de 2023. Os relatórios podem ser acessados no Portal de PI do Governo Federal:

- Relatório sobre aspectos nacionais:

https://www.gov.br/propriedade-intelectual/pt-br/publicacoes/arquivos/estudo2_trad003_geneva-act_lucianoivo_pt-vf.pdf; e

- Relatório sobre aspectos internacionais:

https://www.gov.br/propriedade-intelectual/pt-br/publicacoes/arquivos/dialogos_ue_br-massimo-lisbon-system-por-1023.pdf).

Entregas em Andamento

Das 162 entregas do Plano de Ação 2023-2025, 107 estão em andamento. Embora essas entregas ainda não tenham sido concluídas, é crucial destacar os resultados significativos das iniciativas em curso, tanto para o próprio Plano quanto para a ENPI como um todo.

Os resultados preliminares demonstram o impacto positivo das atividades em andamento na promoção da inovação e do desenvolvimento sustentável. Para ilustrar os esforços, serão apresentados exemplos de resultados já alcançados até o momento para algumas dessas entregas.

Eixo 1

- Ação 1.2, Entrega: Inserção de conteúdo de PI na plataforma Academy do Inovativa e ações de sensibilização para as startups do Inovativa serem conscientizadas sobre a importância da proteção de seus potenciais ativos de PI. – Status 30% concluído. Coordenada pelo MDIC. Primeira proposta de ementa do curso pronta e enviada para a Academy para comentários;

- Ação 1.2, Entrega: Realização das ações do "Programa de Mentoria em Propriedade Intelectual" do INPI. – Status 66% concluído. Coordenada pelo INPI. Quinze mentorias no âmbito do Programa Inova Amazônia já foram realizadas. Das dez mentorias para mulheres exportadoras realizadas no âmbito do programa "Elas Exportam" (MDIC/Apex), 5 encontram-se em andamento, e as demais serão iniciadas nos próximos trimestres;
- Ação 1.3, Entrega: Estudos de prospecção tecnológica e de inteligência estratégica para atender à formulação e à implementação de políticas públicas. Sob a coordenação do INPI, esta entrega já teve como resultados a publicação de três radares tecnológicos: [tecnologias com Nióbio](#); [bioinsumos na agricultura](#); [sensores aplicados a saneamento](#), bem como do estudo sobre [tecnologias relacionadas ao café](#). Destaque, também, para o estudo sobre [Circuitos Integrados](#), concluído e publicado em abril/2024. Esta entrega conta ainda com 3 trabalhos a serem concluídos nos próximos meses: “Tecnologia CRISP aplicada a agricultura”; “Medicamentos biológicos: Anticorpos monoclonais (mAbs)”; e “Baterias”. Os estudos sobre mAbs e Baterias estão sendo elaborados pelo Grupo Técnico de Inteligência em Propriedade Industrial (GTIPI), que foi instituído com a finalidade de coordenar e produzir estudos para subsidiar a implementação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), bem como a atuação do governo federal no tema de propriedade industrial. O GTIPI tem como objetivo, outrossim, alinhar suas iniciativas com as missões delineadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), visando produzir estudos com resultados práticos e relevantes para a Nova Indústria Brasil (NIB). Dessa forma, o estudo sobre os mAbs, cujo foco é o tratamento de câncer de mama HER2+, alinha-se à missão 2 da NIB: “Complexo Econômico Industrial da Saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde”, e o estudo sobre Baterias busca subsidiar políticas públicas no contexto da missão 5 da NIB: “Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras”;

- Ação 2.1, Entrega: Oficinas sobre serviços especializados em propriedade intelectual, “IP Days” e cursos de treinamento para uso dos monitoramentos de pedidos de patentes (MPP). – Status de 50% concluído. Coordenada pela ABIFINA, destaca-se o IPDay realizado no 1º semestre de 2023, estando programadas mais 2 edições/ano em 2024 e 2025.

Eixo 2

- Ação 1.2, Entrega: Publicações educativas sobre tópicos relevantes e atualizações na temática da Propriedade Intelectual e sustentabilidade. – Status de 50% concluído. Com coordenação da ICC Brasil, os trabalhos já produziram o paper "ICC IP & Sustainability - Fostering Innovation and achieving the SDGs" (www.iccbrasil.org/icc-brasil-lanca-iniciativa-para-discutir-pi-e-sustentabilidade/). A entrega será concluída com a publicação de mais um trabalho com informações consolidadas sobre PI e Biodiversidade e/ou Bioeconomia, o qual se encontra em fase de planejamento.
- Ação 1.3 – Entrega: Campanha de combate a produtos ilegais: "Agricultor de Valor". Status de 50% realizada. Coordenada pela CropLife Brasil, a entrega é composta por 6 fases, sendo que as fases I a V já foram entregues no início de 2024 e no final de 2023 incluindo, entre outros, 2 jingles e 2 spots de rádio em 65 emissoras ao redor do Brasil, destacando os riscos da utilização de insumos agrícolas ilegais. Os trabalhos em andamento estão focados na reestruturação da Campanha para melhor adequá-la às necessidades do setor;
- Ação 2.1, Entrega: Organização de chamada pública para sessões de mentorias no contexto da Semana de Comemoração do Dia Mundial da PI, em parceria com a International Chamber of Commerce (ICC Brasil). – Status de 40%

concluído. Coordenada pelo MDIC, a entrega conta com Edital e resultado publicados, tendo a mentoria coletiva sido realizada em 29.05.24;

- Ação 2.2, Entrega: Realização de evento anual internacional “Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento” (SIPID). – Status de 30% concluído. Coordenada pela ABIFINA, o primeiro evento foi realizado em novembro de 2023 (<https://abifina.org.br/eventos/xiv-sipid-seminario-internacional-patentes-inovacao-e-desenvolvimento/>), estando outros dois previstos para 2024 e 2025, respectivamente.

Eixo 3

- Ação 1.7, Entrega: Contratação e treinamento de 40 examinadores de marcas. Status de conclusão dos trabalhos em 50%. Coordenada pelo INPI, esta entrega consta das seguintes etapas:
 - 1) Aplicação das provas objetivas
 - 2) Divulgação do resultado final das provas objetivas
 - 3) Divulgação do resultado final do concurso
 - 4) Autorização ministerial para provimento e nomeação
 - 5) Nomeação, posse e exercício dos aprovados
 - 6) Início do programa de ambientação e treinamento dos novos servidores

Destas, as etapas 1, 2 e 3 já foram concluídas, tendo o resultado final do concurso sido divulgado no site do CEBRASPE e publicado no DOU, em 16/05/24.

- Ação 2.8, Entrega: Política de Inovação e PI do Ministério da Saúde aprovada e publicada. – Status de 62.5% concluído. Coordenada pelo MS, as etapas de revisão da minuta, realização de consulta interna e de consulta pública e análise jurídica pela CONJUR já foram cumpridas. O documento aguarda deliberações, anuências e aprovações de modo a ser publicado no DOU.

Eixo 4

- Ação 1.13, Entrega: Realização de tomada pública de subsídios sobre os artigos 32, 33 e 38 da Lei da Propriedade Industrial, e eventual proposição de atualização normativa. – Status de 90% concluído. Com a coordenação do INPI, esta entrega é composta pelas etapas de (1) Realização de tomada pública de subsídios sobre os artigos 32 e 33 da LPI; e (2) Proposição de atualização normativa a ser enviada ao Congresso. A etapa 1 já foi concluída, estando a proposta legislativa em tramitação no Congresso Nacional (PL nº 2210/2022). Está prevista, também, consulta interna aos servidores do INPI para apresentação de sugestões para alteração da LPI.

Eixo 5

- Ação 2.2, Entrega: Inclusão de Indicações Geográficas na plataforma do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas CNCP-INPI. – Status de conclusão em 41%. Coordenada pelo INPI, esta entrega é composta por 4 etapas:
 - 1) Plataforma pronta para validação
 - 2) Página eletrônica validada com Diretoria de Marcas e apresentada para a Administração
 - 3) Plataforma apresentada para o CNCP/MJSP e CGPI/MDIC
 - 4) Plataforma de IG disponibilizada para o público

As etapas 1 e 2 já foram concluídas e o lançamento formal da plataforma está previsto para o 2º semestre de 2024;

- Ação 2.2, Entrega: Realização de treinamentos de agentes públicos para utilização da plataforma Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas CNCP-INPI. – Status de conclusão em 44%. Coordenada pelo INPI, destaca-se a apresentação aos Escritórios de PI do Reino Unido e de Cabo Verde (IGQPI), em visita ao INPI, ocorrida no primeiro semestre de 2024. Outra iniciativa de destaque foi a apresentação realizada em *Table Topic* da Associação Paulista de Propriedade Intelectual (Congresso ASPI 2024) sobre o Programa de Combate à Falsificação desenvolvido pelo INPI, tendo sido

anunciado, na ocasião, o interesse da ASPI em realizar ACT inédito e específico com o INPI no tema;

- Ação 2.2, Entrega: Instituição de Observatórios no âmbito do CNCP para atuar ativamente na identificação de crimes contra a PI. – Status de conclusão em 60%. Sob coordenação do MJSP/CNCP, das 6 etapas programadas, 4 estão finalizadas. Aguarda-se publicação do Decreto para que os observatórios possam ser implementados.

Eixo 6

- Ação 1.2, Entrega: Realização de estudos de prospecção tecnológica em parceria com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). – Status de conclusão em 70%. Coordenada pelo MDIC, e no contexto de um acordo de cooperação técnica para estudos de prospecção tecnológica, a OMPI definiu o setor agroalimentar como de relevância a ser prospectado. As sugestões de tópicos estratégicos para o Brasil foram (1) Foodtech (ingredientes alimentícios/novos alimentos e seus processos de produção) e (2) Bioinputs (tipos de organismos utilizados, abrangendo grupos, espécies, processos de produção e trabalho de edição de genes aplicado a microorganismos destinados a bioinsumos). A previsão de publicação do estudo é setembro de 2024;

Eixo 7

- Ação 1.2 - Identificação de duas novas oportunidades de cooperação com Escritórios de PI estrangeiros, com intermediação de contatos para o Escritório brasileiro e de acordo com diretrizes de políticas públicas. Coordenada pelo MRE. Apresenta status de conclusão 50%, com destaque para a oportunidade de cooperação com Arabia Saudita já transmitida ao INPI;
- Ação 3.1, Entrega: Realização de abordagem de propriedade intelectual no programa "Elas Exportam". – Status de conclusão em 40%. Coordenada pelo MDIC em parceria com a ApexBrasil, destaque para a mentoria coletiva

executada pelo INPI em 31/10/2023. Atualmente os trabalhos estão concentrados na preparação para o 2º ciclo de mentorias.

Entregas não iniciadas

Das 162 entregas previstas no Plano de Ação 23-25, 32 não foram iniciadas, representando um percentual de 20% do total. A Tabela 2 apresenta dados gerais sobre as entregas não iniciadas, organizadas por eixos estratégicos e ações correspondentes.

Tabela 2 – Dados gerais sobre as entregas não iniciadas, organizadas por eixo estratégico e ações correspondentes

EIXO	AÇÃO	TOTAL DE ENTREGAS (concluídas, iniciadas e não iniciadas)	TOTAL DE ENTREGAS NÃO INICIADAS	PERCENTUAL DE ENTREGAS NÃO INICIADAS POR AÇÃO (%)
1	1.2	5	1	20
	1.3	5	1	20
	2.1	3	1	33
	2.2	3	2	67
	3.6	1	1	100
	4.2	4	1	25
	4.4	6	1	33
	5.1	7	3	43
2	1.2	4	1	25
	1.8	1	1	100
	4.3	2	1	50
	4.5	16	3	19
	4.6	3	2	67
	4.7	2	1	50
3	1.9	5	1	20
	2.3	5	3	60
	2.9	2	1	50
5	1.5	2	1	50
6	1.5	1	1	100
	7.3	4	2	50
7	1.2	4	1	25
	2.3	3	1	67
	2.7	2	1	50

Fonte: elaboração própria, SCP/DEPIQ/CGPI

Das 32 entregas ainda não iniciadas, 14 estão efetivamente atrasadas, uma vez que todas possuem data de início entre novembro de 2023 e abril de 2024.

Atividades do GIPI_Primeiro semestre de execução do Plano de Ação 23-25

Nos meses que precederam o início do Plano de Ação 2023-2025, a Secretaria-Executiva do GIPI conduziu uma série de discussões preparatórias e de alinhamento envolvendo os diversos atores que participariam da execução do Plano. Adicionalmente, antes da primeira reunião, solicitou a indicação dos pontos focais dos órgãos e instituições da sociedade civil responsáveis pela implementação das entregas já definidas para o PA 23-25. Essa ação visou designar os interlocutores mais frequentes no âmbito do GIPI, com o propósito de contribuir para a gestão e implementação, tanto do Plano, quanto da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) como um todo, dado que muitos pontos focais mudaram a partir da reestruturação de governo.

Assim, em 19 de outubro de 2023, o GIPI promoveu uma reunião para deliberar sobre os principais aspectos de execução do Plano. Este encontro contou com a participação de órgãos governamentais e instituições da sociedade civil, abordando os seguintes temas:

- Proposta de planilha para preenchimento
- Discussão sobre questões orçamentárias e parcerias
- Identificação dos dados necessários para as atualizações semestrais
- Debate sobre a criação de um Business Intelligence (BI)
- Compartilhamento de experiências de planejamento e execução
- Agendamento de reuniões necessárias para articulação entre órgãos ou instituições da sociedade civil

A segunda reunião do GIPI ocorreu em 11 de junho de 2024 com a seguinte pauta:

1. Apresentação do Relatório Final de Execução do Plano de Ação 2021-2023
2. Apresentação do Relatório de Monitoramento do Plano de Ação 2023-2025 (período de execução de novembro/2023 a maio/2024)

3. Apresentação das minutas dos planos de trabalho dos Grupos Técnicos de PI e Sustentabilidade, e de PI e Inovação, Indústria e Educação
4. Informe sobre a conclusão da Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados
5. Apresentação de painel interativo de dados de contenciosos de PI no Judiciário
6. Informes gerais

Grupos técnicos aprovados pelo GIPI

Em 27 de maio, o GIPI publicou duas resoluções instituindo Grupos Técnicos (GTs) para discutir (1) sustentabilidade e (2) inovação, indústria e educação.

O GT de Inovação, Indústria e Educação foi instituído pela [Resolução GIPI nº 9, de 24 de maio de 2024](#) e o GT de Propriedade Intelectual e Sustentabilidade foi instituído pela [Resolução GIPI nº 10, de 24 de maio de 2024](#), ambas as resoluções com vigência a partir de 3 de junho.

Grupo Técnico de Inovação, Indústria e Educação

O GT de Inovação, Indústria e Educação tem como membros os ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que coordenará os trabalhos, os Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Educação (MEC) e Saúde (MS), além do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

O escopo em construção contempla a integração de projetos nas áreas de inovação, indústria, educação e saúde sob a perspectiva da Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia (TT). Os principais objetivos são a formação, capacitação e manutenção de recursos humanos qualificados na área de gestão da inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia; a colaboração entre instituições de ciência, tecnologia e inovação e empresas em projetos que resultem em produtos, processos ou serviços para o mercado e à sociedade (co-desenvolvimento ou transferência de tecnologia); a expansão e qualificação das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação lideradas por empresas nacionais (P&D interna e/ou em colaboração com ICTs); e a integração entre os variados instrumentos e

mecanismos de fomento à inovação e estabelecimento de contrapartidas empresariais efetivas para o apoio público no que tange à PI e transferência de tecnologia estratégicas para o país.

O produto final deverá consistir em um documento relatando projetos ou iniciativas integrados em curso e indicando como contribuem para a missão do Grupo de Trabalho (GT), bem como propostas de projetos integrados concretizadas em termos de referência e/ou acordos de cooperação técnica para a execução dos projetos, e propostas de avaliação de resultados, baseadas em indicadores acordados entre as partes e relacionados com as metas da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e Nova Indústria Brasil (NIB).

Grupo Técnico PI e Sustentabilidade

O GT de PI e Sustentabilidade terá a participação de duas secretarias do MDIC, a de Competitividade e Política Regulatória (SCPR), que será a coordenadora do grupo, e a de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV), além dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), da Agricultura e Pecuária (Mapa), das Relações Exteriores (MRE), e da Educação (MEC), contando também com o INPI e com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). O Grupo tem duração prevista até o fim do Plano de Ação 2023-2025.

Durante o mês de maio de 2024, ocorreram reuniões preparatórias para o desenvolvimento de propostas destinadas a enfrentar os desafios inerentes às mudanças climáticas e aos danos ao meio ambiente. Foram estabelecidos dois eixos de reflexão: o primeiro eixo trata de Conhecimentos Tradicionais e Recursos Genéticos, com reflexões sobre atividades relacionadas a ativos de propriedade intelectual em sua interface com recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, considerando o tratado recentemente concluído na OMPI; o segundo eixo foca em mudanças climáticas, destacando a importância das atividades relacionadas à transferência de tecnologia após o desastre natural ocorrido no Rio Grande do Sul. Um exemplo mencionado foi a realização de ações de matchmaking em tecnologias sustentáveis e verdes.

Um dos entregáveis será um documento relatando projetos ou iniciativas integrados em curso, indicando como contribuem para o objetivo do GT. Esse documento também incluirá propostas de projetos futuros integrados e sugestões para a avaliação de resultados.

Conclusão

Ao final deste primeiro semestre de execução do Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), observa-se um progresso significativo e alinhado aos desafios estabelecidos pela Nova Política Industrial (NIB). Com 14% das entregas integralmente concluídas, 66% em andamento e 20% ainda não iniciadas, os dados demonstram um avanço consistente e uma execução robusta das iniciativas planejadas.

Os resultados preliminares indicam efeitos positivos para iniciativas e projetos nas áreas de inovação, competitividade e desenvolvimento sustentável. A implementação bem-sucedida de ações como mentorias, eventos, *matchmaking* de tecnologias verdes e capacitação de servidores, entre outras, ressalta a importância do uso estratégico da Propriedade Intelectual (PI) no estímulo ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A metodologia de monitoramento adotada, com atualizações trimestrais e a utilização de um Business Intelligence (BI) detalhado, tem se mostrado eficaz na gestão e transparência do processo. O sistema de semáforos no BI permite uma rápida identificação das entregas em conformidade com o cronograma, contribuindo para uma gestão mais proativa e eficiente.

A governança do Plano, centralizada pela Secretaria-Executiva do GIPI e envolvendo múltiplos órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, tem sido fundamental para a coordenação e acompanhamento das ações. A articulação contínua entre os diversos atores envolvidos garante uma execução harmoniosa e integrada das iniciativas.

No primeiro semestre de execução do PA 23-25, o GIPI promoveu reuniões preparatórias e de alinhamento, tendo, também, publicado resoluções instituindo dois Grupos Técnicos (GTs): um focado em sustentabilidade e outro em inovação, indústria e educação, além de manter em execução as ações previstas do GTIPI, focado em inteligência em PI.

Em suma, após seis meses de execução do Plano e apesar dos desafios enfrentados, como o atraso em algumas entregas, os esforços conjuntos e a dedicação dos pontos focais indicados pelas entidades coordenadoras têm sido essenciais para a mitigação de obstáculos e para o cumprimento dos objetivos do Plano.

Os progressos alcançados neste primeiro semestre refletem um comprometimento sólido com a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual e um passo importante rumo à promoção de um ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento sustentável no Brasil. A continuidade desse trabalho é vital para a realização plena das metas estabelecidas para o biênio 2023-2025 e para o avanço contínuo da ENPI até 2030.

Anexo

01 – Planilha de Monitoramento_Plano de Ação 2023-2025 da ENPI_novembro de 2023 a maio de 2024